

Brasil quer pagar menos juros

No Brasil, o Governo está preocupado: inflação mensal de 28,8 por cento (previsão do mercado para este mês), estimativa anual de 2.400 por cento, recessão à vista (economia cresceu somente 0,4 por cento em 1988) e perigo do desemprego, em face da total falta de perspectiva que está deixando os empresários immobilizados e totalmente pessimistas. A dívida externa de 115 bilhões de dólares exige o pagamento de 10 a 12 bilhões de dólares de juros por ano. A capacidade de pagamento está chegando ao fim.

O Governo quer dos credores internacionais condições mais flexíveis de pagamento do serviço. Na última semana, o Banco Central admitiu a possibilidade de suspender um importante item do acordo internacional que prevê o reem-

préstimo (**relending**), pelos bancos, dos pagamentos realizados pelas empresas estatais e privadas, sob o argumento de que a operação exerce forte pressão inflacionária na economia, na medida em que obriga o Governo a emitir cruzados correspondentes aos reemprestimos, provocando, dessa forma, emissão de moeda de forma exagerada. Na prática, a previsível suspensão do reemprestimo, que tem apoio do Congresso, representará rompimento parcial do acordo e provocará reação dos credores.

PRESSÃO

O presidente Sarney, como Alfonsín, da Argentina, e Salina Gortari, do México, está sob forte pressão interna para romper com os credores. O coro em fa-

vor do rompimento está crescendo e continuará na medida que esquentar a campanha eleitoral. Popularmente desprestigiado, carente de apoio político para vencer a inflação que ameaça devorar o Governo e lançá-lo numa crise política de consequências imprevisíveis, o Presidente brasileiro, como fez Lusinchi, na semana passada, pode radicalizar de novo, como fez em 1987, contra os credores, se esses não atenderem aos apelos que está fazendo em favor de uma negociação mais flexível. Ele chamou o embaixador brasileiro nos EUA, Marcílio Marques Moreira, e mandou um duro recado aos bancos e ao governo norte-americano: Não será possível combater a inflação sem rever o acordo da dívida acertado no ano passado.